



## REPERCUSSÕES DA CRISE DO CAPITAL NO TRABALHO DO DOCENTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

Vera Lucia Jacob Chaves<sup>1</sup>  
André Rodrigues Guimarães<sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo deste texto é analisar o trabalho docente universitário no contexto da crise estrutural do capital. Partimos da tese de que o processo de contrarreforma do Estado brasileiro e da Educação Superior é decorrência de tal crise. Com isto, a educação é crescentemente submetida à lógica privado-mercantil com a proliferação de instituições e matrículas no setor privado, bem como na adoção dos princípios desse setor na gestão das instituições públicas, com graves consequências ao trabalho docente. Adotamos o estudo de caso, sendo escolhida a UFPA como lócus da pesquisa. Na coleta de dados, utilizamos fontes documentais e estatísticas. O estudo evidencia que, no âmbito das universidades federais, as ações governamentais introduzem mecanismos que intensificam o trabalho docente para atender às demandas de expansão no ensino de graduação e pós-graduação e o aproximam da lógica privado-mercantil.

**Palavras-chave:** Crise do Capital; Trabalho docente; Intensificação.

### CAPITAL CRISIS REPERCUSSIONS ON THE PROFESSOR'S WORK OF THE BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITY

#### ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the university professor work in the capital's structure crisis context. We started from the thesis that the procedure of State and Higher Education Counter-Reformation arises from such crisis. Thus, education is increasingly submitted to the private-market logic with proliferation of institutions and enrollments at private sector, as well as the adoption of values from this sector in management of public institutions, causing serious consequences to the professor's work. We adopted the case study, choosing UFPA (Federal University of Pará) as the place for research. On data collection, we used documental and statistical sources. The study shows that, on the field of federal universities, government actions introduce mechanisms that intensify the professor's work to meet the expansion requests on graduation and post-graduation teaching, and getting it close to the private-market logic.

**Keywords:** Capital Crisis; Professor's Work; Intensification.

### REPERCUSIONES DE LA CRISIS DEL CAPITAL EN EL TRABAJO DEL DOCENTE DE LA UNIVERSIDAD PÚBLICA BRASILEÑA

#### RESUMEN

El objetivo de este texto es analizar el trabajo docente universitario en el contexto de la crisis estructural del capital. Partimos de la tesis de que el proceso de contra-reforma del Estado brasileño

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, coordenadora do GEPES/UFPA, pesquisadora da Rede Universitas/Br e bolsista produtividade do CNPq. E-mail: <[veraluciajacob@gmail.com](mailto:veraluciajacob@gmail.com)>

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Centro de Educação da UNIFAP, pesquisador do GEPES/UFPA e da Rede Universitas/Br. E-mail: <[andre\\_unifap@yahoo.com.br](mailto:andre_unifap@yahoo.com.br)>



y de la Educación Superior es producto de tal crisis. Con ello, la educación es crecientemente sometida a la lógica privado-mercantil con la proliferación de instituciones y matrículas en el sector privado, también en la adopción de los principios de ese sector en la gestión de las instituciones públicas, con graves consecuencias para el trabajo docente. Adoptamos el estudio de caso, siendo elegida la UFPA (Universidade Federal do Pará) como local de investigación. En la colección de datos, utilizamos fuentes documentales y estadísticas. El estudio evidencia que, en el ámbito de las universidades federales, las acciones gubernamentales introducen mecanismos que intensifican el trabajo docente para atender las demandas de expansión en la enseñanza de graduación y post-graduación, y lo aproximan de la lógica privado-mercantil.

**Palabras-clave:** Crisis del Capital; Trabajo docente; Intensificación.

## Introdução

Desde meados da década de 1990, a Educação Superior no Brasil tem apresentado, como característica expansionista, a lógica privado-mercantil (SGUISSARDI, 2009). Especialmente a partir de 1997, os dados oficiais do Censo da Educação do Superior evidenciam a proliferação de instituições e matrículas no setor privado, em IES (Instituições de Ensino Superior) com fins lucrativos. Tal expansão, orientada por organismos internacionais, como o Banco Mundial, também se manifesta, em menor proporção, no setor público que, crescentemente, adota os princípios típicos da lógica mercantil.

Para o trabalhador docente da Educação Superior, essa expansão tem implicado, entre outras questões, em maior intensificação e precarização do trabalho (MANCEBO, 2011). Para responder às demandas expansionistas, os professores necessitam ampliar sua jornada de trabalho, *otimizar* seu tempo e, ainda, trabalhar em condições inadequadas. Assim, as exigências laborais típicas do regime de acumulação flexível (HARVEY, 2007) também se apresentam no âmbito do trabalho docente nas IES.

No presente artigo, analisamos o trabalho docente universitário diante da expansão da Educação Superior brasileira. Partimos da premissa de que a expansão da educação superior privado-mercantil, enquanto consequência da crise estrutural do capital, tem repercussões negativas no trabalho docente universitário. O texto está estruturado em quatro tópicos. Inicialmente discutimos elementos que consideramos centrais na contrarreforma da educação superior brasileira, no contexto da crise estrutural do capital. Em seguida, analisamos o trabalho docente no ensino superior diante da expansão das IES e matrículas em cursos de graduação, no período pós 1997. No terceiro ponto abordamos o trabalho docente na universidade pública federal, destacando o processo de intensificação e

precarização do trabalho decorrente das principais políticas implementadas a partir do início, em 1995, do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). No quarto e último tópico analisamos o trabalho docente na Universidade Federal do Pará (UFPA) considerando, particularmente, a expansão nas matrículas em cursos de graduação e pós-graduação, no período 1997-2013.

### **Crise estrutural do capital, contrarreforma neoliberal na educação superior brasileira**

Mészáros (2002) destaca que desde meados da década de 1970, adentramos em uma nova fase do capitalismo: trata-se da crise estrutural do sistema sociometabólico do capital. “Sua intensidade é tão profunda que levou o capital a desenvolver práticas materiais da *destrutiva auto reprodução ampliada* possibilitando a visualização do espectro da destruição global” (ANTUNES, 2002, p. 39). Não apenas no aspecto econômico, mas em todas as dimensões da vida, a manutenção do modo de produção capitalista e do próprio sistema sociometabólico do capital apontam seus limites estruturais (MÉSZÁROS, 2009).

Entendemos que a crise atual só pode ser compreendida em sua estrutura social global: articulando suas manifestações histórico-estruturais. Assim, é preciso deixar claro que, ao considerarmos a essência da crise, não estamos nos referindo, limitadamente, ao colapso financeiro (com forte manifestação desde 2008), que atinge fortemente a economia brasileira nos dois últimos anos. Não se trata também, exclusivamente, da crise produtiva e sua reestruturação flexível. Tais fenômenos são manifestações da crise estrutural do capital.

Em suas manifestações limítrofes, a crise atual exacerba o processo de degradação ecológica e de corrosão do trabalho, com o agravamento da miséria em contraste com a otimização das forças produtivas. Avanço e destruição, progresso e desperdício são inseparáveis na atualidade burguesa. Estas contradições explicitam o fato da produção capitalista ignorar a própria humanidade – o caráter anti-humano desse sistema. A expansão incontrolável e destrutiva do sistema de capital, com a produção e consumo supérfluos/descartáveis, corrói o trabalho: precarização e desemprego estrutural e o consequente agravamento da miséria, em escala planetária, são as manifestações e as retroalimentações mais nefastas da crise estrutural no mundo do trabalho.

Neste contexto, o Estado capitalista, em suas distintas feições globais, tem buscado *alternativas* por dentro da ordem vigente. Como traço central dessa busca está, a

partir das orientações de organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial, os ataques aos direitos sociais e trabalhistas, com o crescente alargamento do mercado. No discurso hegemônico é enfatizado que a intervenção econômica estatal inibe o livre arbítrio dos consumidores. Trata-se da reafirmação de princípios neoliberais, os quais ressaltam, como mecanismo para o bem-estar humano, “as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livres comércio” (HARVEY, 2011, p. 12).

Para tal, é fundamental reajustar o papel do Estado na condução das políticas econômico-sociais para preservar as liberdades individuais, segundo os parâmetros do capital: livre mercado e livre comércio. Assim sendo, a intervenção estatal deve limitar-se no âmbito social e ampliar-se na efetivação do projeto econômico liberal/burguês, projeto hoje violentamente implementado no Brasil.

Como enfatiza Behring (2008), essas orientações encontraram *solo fértil* no Brasil dos anos 1990. Desde então, os distintos governos passaram a adotar políticas de redução da atuação social do Estado e ampliação da esfera do mercado. Explicitamente, o discurso burguês/governamental anuncia que o Estado “deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (BRASIL, 1995, p. 12).

Lima (2007) destaca que a implantação do neoliberalismo ocorreu em três fases organicamente vinculadas. A primeira fase, no governo Collor de Melo e Itamar Franco, explicitamente afinada ao Consenso de Washington<sup>3</sup>, iniciou a liberalização do comércio e a política de privatização de empresas públicas e, fundamentalmente, impulsionou a retração do movimento sindical classista a partir da criação da Força Sindical e da adesão da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ao sindicalismo propositivo. Na segunda fase, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1994, para o período 1995-1998, o aparelho de Estado brasileiro passou por *reformas* estruturais, seguindo as indicações do Consenso de Washington: tratava-se de ajustar a política econômico-social brasileira aos princípios neoliberais do livre comércio. Já na reeleição de FHC, para o período 1999-2002, estava

---

<sup>3</sup> O *Consenso de Washington* foi como ficou conhecido o resultado de reunião, realizada no final de 1989, conduzida pelos EUA e organismos financeiros (FMI, BM e BID) que, avaliando a situação latino-americana, reafirmou a necessidade de políticas econômicas de orientações neoliberais para a região.

indicada a necessidade de garantir o consenso neoliberal a partir da adoção de políticas focalizadas de combate à miséria. Os ataques aos direitos sociais ampliavam a pobreza no país e exigiam medidas paliativas que acomodassem as reivindicações sociais. Essa necessidade se fez presente também na terceira fase da implantação das políticas neoliberais no Brasil, a partir da eleição de Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2002.

Nesse processo, nas políticas e ações estatais e governamentais, a educação superior é crescentemente negada enquanto direito social, sendo colocada sob a égide do mercado. O marco originário principal desse processo é a Lei n. 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual consolida significativa mudança na educação superior, colocando-a institucionalmente como um serviço operado de acordo com os interesses operacionais do mercado. Passadas quase duas décadas da vigência desta Lei, percebemos que a lógica de expansão privado-mercantil continua sendo reforçada na política de educação superior brasileira. Tais mudanças afetam, direta ou indiretamente, o trabalho dos professores deste nível educacional.

### **O trabalho docente na expansão e privatização da educação superior brasileira**

Alguns estudos têm destacado a privatização do ensino superior brasileiro como parte da política de cunho expansionista adotada pelo Estado, sobretudo a partir de 1964. Segundo Cunha (1989), essa política também se materializa a partir da participação estatal na manutenção do ensino privado, por meio de subsídios, diretos e indiretos, representados por bolsas de estudos e isenção fiscal.

A partir da Lei 9.394/1996 (BRASIL, 1996), dentre as diversas alterações adotadas na educação superior brasileira, merece destaque o art. 20, que estabelece a existência de dois tipos de instituições privadas de ensino: as lucrativas (empresariais) e não lucrativas (comunitárias, confessionais e filantrópicas). A aprovação da LDB favoreceu não apenas a expansão das instituições ditas não lucrativas, mas também o setor empresarial-mercantil, que almeja o lucro e a acumulação do capital, como pode ser evidenciado nos dados apresentados na Tabela 1.

#### **Tabela 1 – Evolução das IES e das matrículas em cursos presenciais em cursos de graduação no Brasil, por categoria administrativa (pública e privada) – 1997-2013**

Ano	Número de Instituições					Número de Matrículas				
	Total	Públ.	%	Priv.	%	Total	Públ.	%	Priv.	%
1997	900	211	23,4	689	76,6	1.945.615	759.182	39,0	1.186.433	61,0
2013	2.391	301	12,6	2.090	87,4	6.152.405	1.777.974	28,9	4.374.431	71,1
$\Delta\%$	165,7	42,7	...	203,3	...	216,2	134,2	...	268,7	...

Fonte: MEC/INEP (1998; 2015).

**Nota:** ... Não se aplica dado numérico.

Observa-se que, de 1997 a 2013, o setor público apresentou um crescimento de 42,7% em relação ao número de instituições, e de 134,2% de expansão das matrículas, enquanto as IES privadas cresceram 203,3%, e as matrículas nesse setor expandiram 268,7%, o que evidencia a política de favorecimento da expansão do setor privado pelos governos brasileiros, desde a aprovação da LDB.

Ressaltamos que novas modalidades de ensino superior têm sido estimuladas, em especial a partir de 2003, por meio da oferta dos cursos a distância, que atenderiam uma grande quantidade de estudantes com custos menores. Desta forma, se acrescentarmos os dados sobre matrículas na Educação a Distância (EaD), especialmente a partir de 2003, veremos que a expansão privado-mercantil é mais acentuada. Especificamente no ano de 2013, tínhamos mais de 1,1 milhão de estudantes matriculados em cursos de graduação a distância, dos quais 86,6% estavam no setor privado (MEC/INEP, 2015).

Os dados evidenciam que, mesmo com toda a propaganda do governo Lula da Silva sobre a expansão do ensino superior público federal, por meio do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, a expansão das matrículas, na vigência de seu governo, neste setor, foi inferior à do setor privado. Em relação ao crescimento das IES públicas é necessário destacar que a rede federal de ensino técnico-tecnológico foi incorporada ao sistema de ensino superior com a transformação dos CEFETs em Institutos Federais de Ensino Superior (IFES).

Outro fenômeno que deve ser destacado é que, a partir do ano de 2007, “o processo de mercantilização do ensino superior brasileiro vem adquirindo novos contornos” (CHAVES, 2010) com a criação de redes de empresas por meio da compra e (ou) fusão de IES privadas do país, por empresas nacionais e internacionais de ensino superior, e pela abertura

de capitais dessas nas bolsas de valores. Esse processo tem contribuído para a formação de instituições gigantescas, o que pode implicar na redução da expansão do número de IES nos próximos anos sem, no entanto, afetar o crescimento do número de matrículas nesse setor.

Essa política de expansão do setor privado mercantil traz repercussões diretas para o trabalho docente, uma vez que a contratação de novos docentes para atender essa expansão não tem acompanhado o mesmo ritmo das matrículas. Esse movimento pode ser constatado na Tabela 2, a seguir:

**Tabela 2 – Evolução das funções docentes no Ensino Superior no Brasil, por categoria administrativa (pública e privada) – 1997-2013**

Ano	Número de Funções Docentes				
	Total	Pública	%	Privada	%
<b>1997</b>	218.565	133.711	61,2	84.854	38,8
<b>2013</b>	383.683	166.296	43,3	217.387	56,7
<b>Δ%</b>	75,5	24,4	...	156,2	...

Fonte: MEC/INEP (1998; 2015).

**Nota:** ... Não se aplica dado numérico.

A política de contratação docente para atuar no ensino superior do país apresenta um movimento diferenciado entre o setor público e o privado. No ano de 1997, o setor público concentrava o maior número de funções docentes, com 61,2% dos docentes atuando neste setor, enquanto nas IES privadas, as funções docentes representavam 38,8%. Em 2013 ocorre uma inversão, passando o setor privado a concentrar o maior número de funções docentes, com 56,7%; enquanto o setor público apresenta 43,3% de funções docentes.

Esta inversão pode ser resultado da política de cortes de direitos sociais dos trabalhadores brasileiros, em especial por meio da primeira reforma da previdência, que provocou uma corrida à aposentadoria de parcela significativa de docentes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em 1998. Ao mesmo tempo, o governo de FHC proibiu as IFES de realizar concursos para reposição do quadro docente, e instituiu uma política de gratificação (Gratificação de Estímulo à Docência – GED) para forçar os docentes que permaneceram na ativa a aumentarem suas cargas de trabalho nas atividades de ensino, como será analisado neste texto.

Comparando com a expansão das matrículas (Tabela 1) no mesmo período, observa-se que essa expansão nas funções docentes foi inferior ao crescimento das matrículas nos dois setores. Enquanto nas IES públicas as matrículas cresceram 134,2%, as funções

docentes expandiram 24,4%. Nas IES privadas as matrículas cresceram 268,7%, enquanto as funções docentes expandiram apenas 156,2%. Observa-se, ainda, que no período de 1997 a 2013 houve um crescimento no número de funções docentes de 75,5% no país, enquanto o aumento nas matrículas foi de 216,2%. Fica evidente que a política de expansão adotada no país está vinculada à intensificação do trabalho docente.

Os dados apresentados demonstram que os sucessivos governos neoliberais do Brasil (FHC, Lula e Dilma) seguem a mesma política de ajuste fiscal do Estado, definida pelos organismos multilaterais, em especial, o Banco Mundial, segundo o qual a expansão do Ensino Superior deve ser feita sem aumentar os gastos públicos. Como consequência, o trabalhador docente que atua nesse nível de ensino tem seu trabalho intensificado e precarizado, tanto no setor privado, cuja lógica do lucro é ainda mais perversa, como no setor público, como será desenvolvido a seguir.

### **A universidade pública federal e o trabalho docente**

A Educação Superior desenvolvida nas universidades e, conseqüentemente, o trabalhador docente, são afetados pela crise estrutural do capital. Crescentemente, esse nível de ensino é aproximado da lógica do mercado, reduzindo a própria função da universidade, a produção e a transmissão de conhecimento, em mercadorias. De acordo com o discurso dominante, caberia à universidade, e ao conjunto das instituições de ensino superior, encontrar soluções para suas contradições internas e específicas e, fundamentalmente, contribuir de forma significativa e central para promover a empregabilidade, o empreendedorismo e, conseqüentemente, superar o desemprego estrutural.

Além disso, a política de expansão do Ensino Superior sustenta-se na limitação do que seja o trabalho docente universitário e, ainda, em sua crescente intensificação. No âmbito específico das universidades federais, duas ações governamentais, executadas por distintos governos, evidenciam tal questão. Trata-se da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

A GED, instituída por FHC por meio da Lei n. 9.678/1998, modificada pela Lei n. 11.087/2005 e extinta pela Lei n. 11.784/2008, no período de 1998 a 2004, vigorou como uma

gratificação quantitativa e produtivista. Em linhas gerais, os professores recebiam-na, com variação por titulação e regime de trabalho, de acordo com o número de pontos obtidos no exercício de sua função. Além de implicar em maior controle governamental sobre o trabalho docente, com o estabelecimento de critérios padronizados e quantitativos externos às IES, a GED *estimulava* os professores a ampliarem sua jornada de trabalho no ensino.

Como resultado dessa política, o crescimento de Funções Docentes no período de vigência da GED, com o caráter de gratificação produtivista (1998-2004), foi de 17,7%. Nesse mesmo período as matrículas cresceram 44,1% nas IFES, o que indica claramente que essa expansão deu-se com base na intensificação do trabalho docente, que foi obrigado a aumentar sua carga de trabalho nas atividades de ensino para fazer jus a reajuste no salário no final, uma vez que maior parte da pontuação privilegiava a atividade de ensino por meio de um detrimento das demais atividades desenvolvidas na pesquisa e na extensão. Cada docente poderia perfazer um total de até 140 pontos, desses, 120 podiam resultar de suas atividades de ensino (CHAVES, 2008, p. 77).

Por sua vez, o Reuni, instituído por meio do Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, por Lula da Silva, assenta-se no modelo de gestão gerencial/empresarial e, também, induz à expansão das matrículas nas universidades federais via intensificação de trabalho docente. Com o Programa, por meio de *contrato de gestão* aos moldes do Plano Diretor de Bresser-Pereira, as instituições comprometer-se-iam em cumprir metas acordadas para fazerem jus aos recursos financeiros *extras*. Desta forma, transplanta-se para a administração pública, na relação entre MEC e as Universidades Federais, a lógica empresarial/gerencial, com a “administração por resultados, a estes vinculando o repasse de recursos orçamentários, dependente do cumprimento de metas por etapas, dentro de prazos estabelecidos, por meio de indicadores quantitativos” (CHAVES; MENDES, 2009, p. 57).

O objetivo central do Programa consiste em *criar condições para **ampliação** do acesso e permanência*, por meio do ***melhor aproveitamento** da estrutura física e dos **recursos humanos***. Deste modo, é evidente que sua meta global, elevar a taxa da conclusão média dos cursos e ampliar a relação aluno-professor (na proporção 18x1) tem, como pré-condição básica, a sobrecarga de trabalho, principalmente docente. Novamente reforça-se a tendência da redução do trabalho docente do Ensino Superior apenas ao ensino, além da crescente intensificação e precarização do mesmo.

O trabalho docente é uma categoria central na política de expansão regulada pelo REUNI, programa que faz parte e, ao mesmo tempo, responde a dinâmica da 'modernização conservadora' do capital, cujas consequências são múltiplas para o docente da educação superior pública que tem seu trabalho alterado pela flexibilização das atividades, pela intensificação provocada pela sobrecarga dessas atividades e pela deterioração das condições de trabalho, tanto na dimensão objetiva quanto na subjetiva, que tem concorrido para a precarização do trabalho docente na universidade pública federal (MEDEIROS, 2012, p. 288-289, grifos do autor).

Outro elemento importante a ser destacado no processo de expansão privatista da Educação Superior, e que afeta diretamente o trabalho docente nas universidades é o crescimento acelerado da Educação a Distância no Brasil. Regulamentando o art. 80 da LDB, o Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005, estabelece os atuais parâmetros para essa modalidade de ensino, incluindo a sua oferta em nível superior. Para o trabalho docente, a expansão da EaD implica em maiores e novas exigências profissionais, bem como na intensificação em condições precárias de seu trabalho (LAPA; PRETTO, 2010).

Especialmente como desdobramentos dessas políticas, no período entre 1997 e 2013, também no âmbito das universidades federais, identificamos que a expansão nas matrículas em cursos de graduação é superior ao crescimento das funções docentes. Os dados apresentados abaixo evidenciam essa discrepância.

**Tabela 3 – Evolução das matrículas, presenciais e a distância, e funções docentes nas universidades federais, no Brasil – 1997-2013**

<b>Ano</b>	<b>Matrículas</b>	<b>Funções docentes</b>
<b>1997</b>	380.980	49.221
<b>2013</b>	1.015.868	85.507
<b>Δ%</b>	166,6	73,7

Fonte: MEC/INEP (1998; 2015).

No período em questão, enquanto as matrículas em cursos de graduação, presencial e a distância, evoluíram 166,6% (passando de 380.980 para 1.015.868 estudantes matriculados), as funções docentes cresceram apenas 73,7% (saindo de 49.221 para 85.507 funções). Dentre as consequências centrais deste movimento está a intensificação do trabalho docente. Para desempenhar a contento suas atividades laborais, não apenas no âmbito do ensino da graduação, os professores precisam acelerar o ritmo e/ou estender a jornada de

trabalho para além de seu contrato formal, o que implica, também, trabalhar em casa, nos finais de semana e férias.

Desta forma, percebemos que, também no âmbito das universidades federais, os trabalhadores docentes são impactados com as mudanças laborais burguesas. No contexto de expansão da Educação Superior, o trabalho precário, parcial, bem como a constante intensificação laboral, típicos da produção flexível, afeta também o trabalho dos professores das universidades federais. Para compreendermos com mais particularidade este processo, vamos verificar o trabalho docente na UFPA no contexto da expansão das matrículas em cursos de graduação e pós-graduação.

### Considerações sobre o trabalho docente na UFPA

Como temos demonstrado, o processo de expansão da Educação Superior brasileira tem ocorrido, sobretudo, no setor privado-mercantil. Porém, para além da expansão da oferta privada, esse processo é acompanhado da crescente instituição dos princípios do mercado na condução das políticas públicas. Especialmente no âmbito das universidades federais, presenciamos o avanço da lógica mercantil na gestão, na política expansionista e, até mesmo, na redefinição da função social da universidade e dos projetos formativos por ela desenvolvidos. Para termos melhor compreensão desse processo sobre o trabalho dos professores, procuramos analisar a situação da UFPA no período de 1997 a 2013. A partir dos dados institucionais, analisaremos a evolução do quadro docente no contexto de expansão das matrículas em cursos de graduação e pós-graduação.

No período em questão, a UFPA expandiu o número de matrículas em cursos de graduação e pós-graduação. Nesse mesmo período, o quadro de professores permanente da UFPA também registrou crescimento. Para verificarmos quais as implicações dessas expansões para o trabalho docente, é necessário detalharmos, inicialmente, a expansão das matrículas, conforme apresentado na Tabela 4.

**Tabela 4: Evolução das matrículas na UFPA – 1997-2013**

Ano	Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total
	Num.	%	Num.	%	Num.	%	Num.	%	
1997	20.788	91,9	1.150	5,1	596	2,6	87	0,4	22.621

<b>2013</b>	41.732	86,1	2.612	5,4	2.833	5,8	1.315	2,7	48.492
<b>Δ%</b>	100,8	...	127,1	...	375,3	...	1.411,5	...	114,4

Fonte: UFPA (2000; 2014).

Considerando graduação e pós-graduação, o crescimento é de 114,4% (com quase 50 mil estudantes matriculados em 2013). Embora as matrículas em graduação registrem o menor percentual de crescimento, tal índice (100,8%) é consideravelmente superior ao crescimento do corpo docente efetivo (41,8%), como pode ser visto através da Tabela 5. Nos cursos de pós-graduação a ampliação nas matrículas é muito maior: em cursos de especializações com 127,1%, em cursos de mestrado com 375,3%, e de doutorado atinge-se o incrível crescimento de 1.411,5% (passando de 87 para 1.315 matrículas).

Se considerarmos a distribuição anual das matrículas em cada nível formativo, observamos que, mesmo persistindo a supremacia do número de estudantes de graduação, esse índice reduz-se entre 1997 e 2013, em função do maior crescimento percentual nas matrículas em pós-graduação, especialmente em mestrado e doutorado. Em 1997, as matrículas na graduação correspondiam a 91,9% do total de estudantes, e em cursos mestrado e doutorado eram apenas 3% deste número (sendo no doutorado 0,4%). Já em 2013, o percentual é de 86,1% em matrículas na graduação e 8,5% em cursos *stricto sensu*, entre mestrado (5,8%) e doutorado (2,7%). Tal período também registra pequeno crescimento no percentual de estudantes em cursos de especialização, em relação ao total de matrículas, passando de 5,1%, em 1997, para 5,4% em 2013.

Esta evolução nas matrículas e no quadro docente ocorre, na UFPA, de forma diferenciada entre a capital e o interior do Estado do Pará. Considerando as matrículas em 1998<sup>4</sup>, observamos que, nos *Campi* da UFPA localizados no interior do estado do Pará eram, sobretudo, em cursos de graduação<sup>5</sup>. Assim, procuramos analisar a evolução da distribuição dessas matrículas em comparação com a correspondente evolução do corpo docente. A Tabela 5 demonstra essas evoluções:

<sup>4</sup> Os dados institucionais disponibilizados (UFPA, 2000) não expressam a distribuição da lotação do corpo docente em 1997, portanto, foram utilizados os dados de 1998.

<sup>5</sup> Em 1998 a UFPA tinha, na pós-graduação, 1.431 matrículas, e apenas 19 estavam no interior e todas em cursos de especialização. Assim, na análise da distribuição das matrículas, capital e interior, resolvemos, neste estudo, trabalhar com os dados apenas dos cursos de graduação.

**Tabela 5: Evolução das matrículas em cursos de graduação e do corpo docente efetivo, na UFPA, capital e interior – 1998-2013**

Ano	Matrículas			Docentes efetivos		
	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total
1998	14.727	7.138	21.865	1.525	104	1.629
2013	20.665	21.067	41.732	1.691	608	2.299
$\Delta\%$	40,3	195,1	90,9	10,9	484,6	41,1

Fonte: UFPA (2000; 2014).

A Tabela 5 mostra que o crescimento no quantitativo de matrículas na UFPA atingiu 90,9%, e que é o processo de interiorização da UFPA o principal responsável por essa expansão. Ainda que na capital seja registrado o aumento de 40,3%, no interior esse índice é de 195,1%. Também observamos que está nos *Campi* do interior o maior crescimento no número de docentes efetivos. No total, o número de professores evoluiu em 41,1%; na capital, este aumento é de apenas 10,9%, e no interior de 484,6%.

Com base nos números gerais e nos dados referentes à expansão da UFPA em Belém (incluindo a pós-graduação), é evidente que o processo de crescimento nas matrículas pressupõe intensificação do trabalho docente, visto que o número de docentes cresce em percentual consideravelmente inferior às matrículas. Porém, ao observamos a expansão, especificamente em cursos de graduação, nos *campi* do interior tendemos a considerar que a intensificação não se faz presente, pois percentualmente a contratação de professores é extraordinariamente superior às matrículas. Para compreender e desmistificar essa situação, é necessário consideramos algumas particularidades.

Preliminarmente cabe destacar que, em 1998, os *Campi* da UFPA localizados no interior do estado funcionaram, em grande medida, com a contribuição de professores lotados em Belém, fato que não ocorria mais em 2013. É necessário, ainda, considerar que, em termos percentuais, a distribuição das matrículas e do corpo docente da UFPA ocorre de forma desigual entre capital e interior, conforme evidencia a Tabela 6:

**Tabela 6: Distribuição, em percentuais, das matrículas na graduação e do corpo docente efetivo da UFPA – 1998-2013**

Ano	Matrículas		Docentes	
	Capital	Interior	Capital	Interior
1998	67,4	32,6	93,6	6,4

<b>2013</b>	49,5	50,5	73,6	26,4
-------------	------	------	------	------

Fonte: UFPA (2000; 2014).

Os números mostram desequilíbrios na distribuição das matrículas e do quadro de professores efetivos. No que tange às matrículas em cursos de graduação, identificamos que, em 1998, a maioria dos estudantes (67,4%) estava em Belém, ao passo que, em 2013, por uma pequena diferença, os *Campi* do Interior (50,5%) passam a ter o predomínio no atendimento. Entretanto, esta inversão na distribuição não se manifesta na evolução do corpo docente efetivo: ainda que o percentual dos docentes nos *Campi* do interior tenha considerável crescimento, o índice alcançado, em 2013, é de apenas 26,4%.

Pelos dados percebemos que a expansão das matrículas em cursos de graduação ocorreu, sobretudo, nos *Campi* da UFPA interior do Pará. Entretanto, essa evolução, ainda que registre índice extraordinário (Tabela 5) no quadro efetivo de professores, também implica em intensificação do trabalho docente nessas unidades acadêmicas. Em 2013, esses *Campi* detinham a metade das matrículas em cursos de graduação da UFPA; porém, pouco mais de um quarto dos docentes estavam lá lotados.

### Considerações finais

A crise estrutural do capital induz processos de contrarreforma do Estado, expressos, centralmente, no alargamento do controle burguês sobre a aparelhagem estatal e, conseqüentemente, na ofensiva burguesa-estatal contra outrora direitos sociais, entre os quais a educação (precipualemente de nível superior). Desta forma, consideramos que a crescente adoção dos princípios neoliberais na condução da política educacional é elemento propulsor na redefinição do trabalho docente em sua crescente aproximação/submissão à lógica privada/mercantil.

Nesse contexto, a política de expansão do Ensino Superior sustenta-se na limitação do que seja o trabalho docente na Educação Superior, com sua crescente precarização, intensificação e exigência por maior produtividade. No âmbito da universidade pública, especialmente nas federais, o processo de expansão privado/mercantil implicará em maior imbricação da função e papel social dessa instituição aos interesses do mercado. Essa

aproximação tem consequências danosas aos docentes de tais universidades, visto que passam, direta ou indiretamente, a ter seus trabalhos (seja no ensino, na pesquisa ou na extensão) crescentemente controlados pela lógica mercantil.

Como vimos, o trabalho docente na UFPA vem sendo intensificado para atender às demandas de expansão no ensino de graduação e pós-graduação. A ampliação no corpo docente não vem acompanhando a elevação das matrículas, ainda que se registre, nos *Campi* do interior, crescimento percentual no número de docentes acima das matrículas em cursos de graduação. Enquanto no *Campus* em Belém, essa universidade expande-se extraordinariamente nos cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), nas unidades da instituição localizadas no interior do Pará, o processo de expansão ocorre em cursos de graduação. De uma forma ou de outra, em síntese, o trabalho docente é negativamente afetado, com crescente intensificação laboral em precárias condições.

## Referências

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 3ª edição. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 35-48.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm)>. Acesso em: 14 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior: sinopse estatística da educação superior**. Brasília, INEP, 1998; 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 15 set. 2015.

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro a formação dos oligopólios. **Educação e Sociedade**, abr./jun. 2010, vol.31, no. 111, p. 481-500.

CHAVES, V. L. J. Política de gestão e financiamento da expansão das universidades federais via precarização do trabalho docente. In: CHAVES, V. L. J.; SILVA JÚNIOR, J. R. (Org.). **Educação superior no Brasil e diversidade regional**. Belém: Edufpa, 2008, p. 67-88.

CHAVES, V. L. J.; MENDES, O. C. REUNI: o contrato de gestão na reforma da educação superior pública. In: CHAVES, V. L. J.; CABRAL NETO, A.; NASCIMENTO, I. V. (Org.). **Políticas de educação superior no Brasil: velhos temas e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2009, p. 49-68.

CUNHA, L. A. **Qual universidade?** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 16ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

LAPA, A; PRETTO, N. L. Educação à distância e precarização do trabalho docente. **Em Aberto**, nov. 2010, vol. 23, no. 84, p. 79-97.

LIMA, K. R. S. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

MANCIBO, D. Trabalho docente na educação superior: problematizando a luta. In: DAL ROSSO, S. (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011, p. 69-88.

MEDEIROS, L. G. M. **O REUNI: uma nova regulação da política de expansão da educação superior: o caso da UFPA**. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

UFPA. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. **Anuário Estatístico 2012 – Ano base 2013**. Belém: UFPA, 2014.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico 1998**. Belém: EDUFPA, 2000.

**RECEBIDO EM 30 DE OUTUBRO DE 2015.**

**APROVADO EM 09 DE NOVEMBRO DE 2015.**